



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Gabriel Sales de Deus

**As reformas pombalinas e as madeiras na Amazônia colonial
(1755-1777)**

Brasília, maio de 2022

GABRIEL SALES DE DEUS

As reformas pombalinas e as madeiras na Amazônia colonial (1755-1777)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel/licenciado em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Inaldo Chaves
Orientador

Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Noguezól
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Kelerson Semerene Costa
Universidade de Brasília

Brasília, maio de 2022.

Dedico à minha mãe e meu pai, em mísera tentativa de demonstrar o agradecimento pelo apoio incessante e amor inquantificável.

AGRADECIMENTOS

Meus primeiros agradecimentos se destinam a meu pai e minha mãe, que me forneceram e fornecem um lar, onde me sinto abraçado, amado e livre para seguir meus anseios. O amor e o exemplo dos meus pais é elemento basilar na minha formação como sujeito e profissional. Sem eles, viver meus sonhos não seria possível.

Não poderia deixar também de agradecer à minha companheira, que caminhou comigo durante quase toda a graduação servindo também de esteio e suporte ao longo desses últimos quatro anos. Tenho em ti, também um alicerce.

Outra parte fundamental nessa caminhada que não poderia deixar de ser, por mim homenageada, é o corpo docente de história. Os professores e professoras do Departamento transformaram aquele garoto que entrou na universidade ainda com 17 anos, cheio de fantasias e ideias pré-concebidas, em uma pessoa crítica, que, como nunca, consegue perceber as nuances e fragilidades dos enunciados; as permanências e rupturas dos processos históricos; a importância da memória na construção do imaginário coletivo e nas tradições. Foram esses professores e professoras que me permitiram me tornar quem sou hoje e ter orgulho de quem vejo no espelho. Muito obrigado.

Por último, gostaria de agradecer à Universidade de Brasília como um todo. Me honra poder dizer que estudei nessa Universidade, que tive aulas com grandes nomes das ciências humanas. Que a importância e força da Universidade e das Ciências resistam às investidas do negacionismo e do revisionismo vazio.

Um agradecimento especial ao meu professor e orientador José Inaldo Chaves Júnior, que possibilitou a elaboração deste trabalho que marca um novo marco em minha trajetória.

Faltaria folhas e palavras para agradecer a todos aqueles que tornaram possível essa realização, e para todos, Jaime Luis, Silvia Helena, Jade Leal, Maria Eloneida, Vera Lúcia, Montgomery, meus eternos agradecimentos.

RESUMO

As florestas foram e são parte fundamental dos processos históricos das sociedades humanas. O presente trabalho tem como objetivos destacar a importância das madeiras dentro do espaço amazônico a partir da segunda metade do século XVIII e definir em linhas gerais os teóricos da história ambiental para que o meio ambiente possa ser compreendido com coparticipação dos processos históricos, um elemento que delimita a campo de ação humana e é modificado por ele ao longo do tempo histórico. A partir disso, se buscou demonstrar a partir da documentação visitada e da bibliografia lida, as novas perspectivas que se formam em torno das madeiras no espaço amazônico. Essas novas visões utilitaristas e racionalizadas estão inseridas na conjuntura do reformismo ilustrado português, que é personificado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado no território amazônico. As mudanças engendradas por ele a partir da segunda metade do século XVIII refletiram no aumento da importância da madeira nas pautas comerciais e urbanizadoras do território amazônico. Além disso, houve permanências das políticas empreendidas pelo reformismo ilustrado pombalino, assim como uma permanência da importância das madeiras no contexto amazônico do XIX.

PALAVRAS-CHAVES: História Ambiental, Florestas, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Amazônia, Reformas pombalinas.

ABSTRACT

Forests were and are a fundamental part of the historical processes of human societies. The present work aims to highlight the importance of wood within the Amazonian space from the second half of the 18th century and to define in general the theorists of environmental history so that the environment can be understood with co-participation in the historical processes, an element that delimits the field of human action and is modified by it over historical time. From this, it was sought to demonstrate, from the documentation visited and the bibliography read, the new perspectives that are formed around the woods in the Amazonian space. These new utilitarian and rationalized visions are inserted in the context of Portuguese enlightened reformism, which is personified by Francisco Xavier de Mendonça Furtado in the Amazonian territory. The changes engendered by him from the second half of the 18th century onwards reflected the increase in the importance of wood in the commercial and urbanization agendas of the Amazon territory. In addition, there were continuities of the policies undertaken by the illustrated reformism of Pombaline, as well as the permanence of the importance of wood in the Amazonian context of the 19th century.

KEYWORDS: Environmental History, Forests, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Amazon, Pombaline Reforms.

SUMÁRIO

Introdução	7
Capítulo 1: A História Ambiental e a constituição do neobrasileiro	10
1.1 – A História Ambiental	10
1.2 – A constituição do neobrasileiro	13
Capítulo 2: A exploração dos recursos lenhosos na América portuguesa e a formação histórica da Amazônia	19
2.1 – As florestas e a colonização da América portuguesa	19
2.2 – A arqueologia da Amazônia e a construção colonial do território	25
Capítulo 3: As reformas pombalinas e as madeiras no Grão-Pará (1755-1777)	28
3.1 – As reformas pombalinas	28
3.2 – A administração de Francisco Xavier de Mendonça Furtado	31
3.3 – As madeiras e seu lugar na administração de Mendonça Furtado	34
Considerações finais	42
Fontes	43
Referências Bibliográficas	44

INTRODUÇÃO

Nenhuma pesquisa surge do nada. Com essa afirmação, é importante que, para uma melhor compreensão da leitura que se segue, o leitor tome conhecimentos dos pensamentos e influências que deram origem ao presente trabalho de conclusão de curso.

Ao entrar na universidade, as temáticas fantasiosas que constituíam o meu imaginário acerca do estudo da história e da produção historiográfica foram se desconstruindo, dando lugar à construções mais realistas acerca dos processos históricos. Em um primeiro momento, tentava me colocar – e fazer o mesmo com os autores lidos – como um sujeito à parte dos eventos e questões discutidas. Entretanto, percebi-me enquanto parte integrante do meu trabalho abrindo mão da imparcialidade inalcançável passei a me preocupar com a honestidade intelectual, pois sabemos que é impossível separar os autores e autoras de suas obras.

A partir desse momento, me vi interessado pela área de estudos voltados para a história econômica e a formação econômica da América portuguesa, mais especificamente acerca da reconstituição social e econômica da região amazônica, por possuir um Estado diferente do Estado do Brasil. O Estado do Maranhão surgiu no início da década de 1620 e durou até o início do século XIX. Durante esse período suas configurações político-administrativas e sociais foram diversas. Segundo conta-nos Rafael Chambouleyron, “até meados dos anos 1770, incluiu as capitanias régias do Pará, Maranhão, São José do Rio Negro e Piauí [...] e, a partir de então, constituíram-se dois estados separados, o Estado do Grão-Pará e Rio Negro e o Estado do Maranhão e Piauí” (CHAMBOULEYRON, 2019, p. 86).

A formação de dois Estados na América Portuguesa, com seus governos autônomos e ligados diretamente à Lisboa, acontecia devido às dificuldades de comunicação, tanto na navegação por cabotagem quanto pelos caminhos terrestres precários ou inexistentes. A distância continental entre o vale amazônico e os principais centros políticos e econômicos do Brasil, como as cidades de Salvador e Rio de Janeiro, tornava inviável o exercício governativo a partir dessas capitais da costa atlântica. Entretanto, apesar de separados institucionalmente, os dois Estados se encontravam inseridos em espaços potencialmente coloniais e eram compreendidos e reivindicados como territórios portugueses na América. Dessa maneira, as relações entre os Estados do Brasil e do Maranhão se construíram de maneira mais complexa e interligada do que essa separação administrativa transparece (CHAMBOULEYRON, 2019)

Essa relação é construída a partir de maneira curiosa e diversificada. Por vezes o Estado do Brasil foi tido como referência para as atitudes das autoridades administrativas e para as elites locais do Maranhão e Grão-Pará, que reivindicavam os mesmos direitos de seus congêneres do Estado do Brasil, como no caso dos negócios do açúcar e na questão da exploração do trabalho. Entretanto, a ocupação e exploração do território não se pauta única e exclusivamente no referencial do Estado do Brasil. A conquista e o povoamento do vale amazônico foram motivados tanto por dinâmicas internas, como a exploração das drogas-do-sertão como o cacau e o cravo, quanto por fatores externos, a exemplo da queda no comércio lusitano no Índico e do malogro da experiência colonial nas ilhas atlânticas (CHAMBOULEYRON, 2010; CHAMBOULEYRON, 2019).

As relações estabelecidas com o restante do Império Português em contextos de concorrência com outras potências coloniais europeias deram ao Estado do Maranhão uma posição importante na história colonial e nas agendas políticas e econômicas da Coroa Lusa, sobretudo a partir da segunda metade do XVII e ao longo de todo o século XVIII. Recentemente, essa projeção indiciada nos documentos de época recebeu a atenção de produções historiográficas que passaram a duvidar do lugar periférico e do isolamento geográfico típico com que o vale amazônico sempre foi visto por parte da historiografia nacional, mais preocupada com as zonas açucareiras escravistas e com a economia mineira das Minas Gerais.

Com o interesse de um estudo mais voltado para a região amazônica, fui apresentado à área da história ambiental por recomendação do meu orientador e, a partir desse momento, o meu tema de pesquisa foi se delineando. O interesse pela história ambiental também foi movido pelas questões do tempo presente, mobilizado pelas discussões acerca do valor das florestas e da preservação de suas biodiversidades, postos em risco por construções narrativas vazias e utilitaristas do território amazônico e pela violência e descaso das entidades governamentais para com as populações originárias que vivem atualmente no território amazônico.

Dessa maneira, a partir da leitura das obras de Rafael Chambouleyron (2010) e de Regina Batista (2013), percebemos um aumento incipiente da exploração madeireira na região a partir do século XVII, incentivando a ocupação do território, e obtendo grandes acréscimos a partir da segunda metade do século XVIII. O aumento do negócio das madeiras esteve relacionado à criação da Companhia Geral de comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, e aos esforços empreendidos pelo então governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para guarnecer as fronteiras amazônicas e

integrar a região à economia imperial, explorando-a “racionalmente”. Mendonça Furtado foi um dos nomes centrais do reformismo ilustrado durante o ministério de Sebastião de Carvalho e Mello (1750-1777), de quem era irmão.

Como em toda pesquisa historiográfica, é necessário o embasamento teórico e metodológico, além de uma articulação bibliográfica que sustentem a análise documental. Analiticamente, intentamos demonstrar que as florestas foram parte importante das dinâmicas coloniais da região amazônica e que suscitaram preocupações e interesses diversos da Coroa e dos colonos no século XVIII. Por isso, elas foram muito mais que meros cenários ou paisagens imóveis. Dessa maneira, o presente trabalho se encontra dividido em três capítulos: no primeiro capítulo trabalharemos os elementos teóricos que nortearam a elaboração da pesquisa bem como o surgimento de um novo sujeito, que é resultado do choque entre as cosmovisões lusitana e indígenas e do intercuro sexual entre esses grupos; o segundo capítulo discutirá o papel das florestas ao longo da colonização da América portuguesa e a formação histórica da Amazônia; e, por fim, o terceiro capítulo apresentará as principais características do reformismo pombalino e como a execução de seus projetos, personificados no Estado do Grão-Pará e Maranhão pelo governador e capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, impactou as florestas e modificou a economia e sociedade amazônicas.

CAPÍTULO 1 – A HISTÓRIA AMBIENTAL E CONSTITUIÇÃO DO NEOBRASILEIRO

Este capítulo tem por finalidade uma análise do papel das florestas nos processos de ocupação, colonização e exploração da América portuguesa, em especial no espaço amazônico, conferindo o devido protagonismo a este agente que se encontra constantemente em uma posição subestimada dentro da historiografia e das demais ciências sociais. Para isso, discutiremos, primeiramente, as teorias e metodologias que nortearam a realização do presente estudo, delineando as abordagens e objetivos que circunscrevem a história ambiental. Em seguida, discorreremos brevemente sobre os diversos usos coloniais dos recursos lenhosos na América portuguesa, desde o escambo do pau-brasil no negócio de tinta do século XVI, passando por sua transformação em biomassa nas caldeiras dos engenhos de açúcar até alcançar a estruturação do poderoso comércio madeireiro voltado aos chamados “paos reais”, que atendiam demandas internas e externas da construção civil e militar no Império Luso.

Por fim, apresentaremos, a constituição do meio físico amazônico a partir de sua arqueologia e os caminhos da colonização portuguesa na região.

1.1 – A HISTÓRIA AMBIENTAL

O estudo da história ambiental passou a ganhar espaço a partir de 1970 com “a emergência de um ‘ambientalismo’ complexo e multissetorial [que] representou um dos fenômenos sociológicos mais significativo da história contemporânea” (PÁDUA, 2010, p. 82). Esse fenômeno sociológico com dimensões globais causou uma alteração nas diversas perspectivas e práticas científicas, principalmente nos campos do saber inseridos nos estudos das ciências naturais. Essa alteração pode ser percebida dentro da ideia de ecologia, que:

rompeu os muros da academia para inspirar o estabelecimento de comportamentos sociais, ações coletivas e políticas públicas em diferentes níveis de articulação, do local ao global. Mais ainda, ela penetrou significativamente nas estruturas educacionais, nos meios de comunicação de massa, no imaginário coletivo e nos diversos aspectos da arte e da cultura. O avanço da chamada globalização, com o crescimento qualitativo e quantitativo da produção científico-tecnológica e da velocidade dos meios de comunicação, catalisou uma explosão de temas da vida e do ambiente na agenda política. A discussão ambiental se tornou ao mesmo tempo criadora e criatura do processo de globalização. A própria imagem da globalidade planetária, em grande parte, é uma construção simbólica desse campo cultural complexo (PÁDUA, 2010, p. 82).

O impacto causado pela emergência desses ideais ambientalistas dentro de um universo social cada vez mais globalizado influenciou, também, a historiografia. O historiador, como já disseram Marc Bloch, Lucien Febvre, Edward Carr e tantos outros, faz parte de um meio social e ambiental, sendo influenciado pelos grupos do qual faz parte e com os quais interage. Além disso, as demandas do tempo presente, do “tempo do historiador”, influenciam de maneira intensa os rumos da pesquisa e as questões levantadas ao longo de toda a operação historiográfica.

O conceito de ecologia, que tanto se alastrou pelo imaginário coletivo a partir do último quartel do século XX, se dedica à investigação das interações entre os organismos vivos e seus respectivos ambientes físicos. Essa relação também é fundamental para a história ambiental, pois é no encontro e na convivência entre sociedades humanas e ecossistemas onde mais nascem temas de pesquisa para a área (WORSTER, 1991, p. 203).

Portanto, tem-se na relação dos homens com a natureza um tema central para a história ambiental, apesar da historiografia estar acostumada a definir-se como campo de estudo voltado preferencialmente às sociedades humanas no tempo, lhes faltou, de certa maneira, considerar os ambientes naturais nos quais essas sociedades se encontravam inseridas e de que maneira a relação entre esses dois elementos se constrói. Mesmo assim, ainda é nítido que nos faltam técnicas, métodos e categorias adequadas que nos permitam realizar análises mais aprofundadas dessas conexões na duração. Neste sentido, pode ser necessário e relevante a aproximação interdisciplinar com outras áreas do saber a fim de refinar os suportes teórico-metodológicos da História na compreensão de seu novo objeto de estudo – a natureza. Dessa maneira, vários historiadores ambientais vêm sugerindo a necessidade de diálogo com as ciências da natureza, por exemplo.

Por outro lado, o meio ambiente deve ser compreendido como copartícipe dos processos históricos formadores das sociedades humanas, e não como simples elemento estanque e inanimado a ocupar o “pano de fundo” de histórias essencialmente “humanas”. Para pensarmos no meio ambiente dessa maneira, se faz necessário inserirmos os seres humanos como parte dos mais diversos ecossistemas existentes.¹ A partir da união do elemento humano ao ecossistema do qual ele faz parte se percebe que esses dois objetos estão em constante mudança de maneira que “os ecossistemas podem ter uma confortadora aparência de estabilidade; [mas] no mundo

¹ Por ocupar uma posição secundária dos estudos historiográficos, os ecossistemas e as sociedades foram estudados como elementos separados. Para uma melhor compreensão dos processos históricos, deve-se inserir os agrupamentos humanos dentro de seus respectivos ecossistemas (WORSTER, 1991).

real, histórico, eles são mais alterados do que inalteráveis, mais mutantes do que estáveis” (WORSTER, 1991, p. 205).

Ao se constatar que as sociedades humanas fazem parte de seus respectivos conjuntos naturais, é possível afirmar que “os seres humanos têm sido parte inseparável da ordem ecológica do planeta” (WORSTER, 1991, p. 206) e, portanto, deve-se pensar a relação desses com o ecossistema enquanto uma relação de bilateralidade na qual tanto a natureza exerce um papel decisivo nas ações humanas quanto os seres humanos afetam diretamente os ecossistemas nos quais se encontram inseridos.

Para que se compreenda de que maneira essas relações se estabelecem, a utilização do conceito de recursos naturais pode ser bastante operativa. Os elementos presentes na natureza não possuem aproveitamento econômico inato.² Estes só se tornam recursos “quando culturalmente identificados e avaliados e [...] não se impõem unilateralmente à cultura, embora possam vetar alguns caminhos e estimular outros” (DRUMMOND, 1991, p. 182), fazendo com que a natureza ofereça “aos humanos que ali vivem um conjunto flexível, mas limitado, de possibilidades” (WORSTER, 1991, p. 206). E estas possibilidades muitas vezes significam uma alteração no ecossistema na medida em que o meio ambiente é explorado e ocupado pelos seres humanos.

Fica clara, portanto, uma relação de bilateralidade entre os seres humanos e os ecossistemas dos quais fazem parte. Esse impacto mútuo ocorre na medida em que o meio ambiente afeta diretamente o escopo de possibilidades das sociedades e estas se adaptam e transformam o ambiente ao seu redor para os seus regimes de exploração e produção material e simbólica dos recursos naturais. Neste sentido, “a história ambiental deve sempre incluir as sociedades humanas. Mas também reconhecer a historicidade dos sistemas naturais” construindo “uma leitura aberta e interativa da relação entre ambos” (PÁDUA, 2010, p. 97).

Ao reconhecer a historicidade dos sistemas naturais é necessário que se expanda as perspectivas temporais de maneira que uma melhor compreensão do território se faça possível. Nesse sentido, os trabalhos realizados do campo da arqueologia e das ciências naturais também se tornam essenciais em uma construção mais precisa dos ambientes naturais estudados. A partir

² A natureza fornece uma série de elementos que possuem as mais diversas utilidades. Os diversos usos possíveis, entretanto, são dificilmente explorados de maneira completa pelas sociedades que tem acesso a esse recurso. Portanto, “os materiais brutos que o meio ambiente oferece [...] são, ao mesmo tempo, tão ricos e tão diversos que, de todas essas possibilidades, o espírito não é capaz de apreender senão uma fração” (LÉVI-STRAUSS, 1986, p. 152).

dessas leituras, é possível uma melhor constituição dos ecossistemas nos quais os seres humanos se encontram inseridos e como esses ambientes delimitam os processos sociais. Essa delimitação do ambiente, entretanto, não é fixa e geral para todos os grupos sociais de maneira que, para Claude Levi-Strauss (1986), um mesmo ecossistema pode abrigar sociedades humanas que compreendem os mesmos ambientes naturais e biodiversidades de maneiras distintas.

Portanto, “não existe princípio geral, diligência dedutiva, que permita antecipar os acontecimentos contingentes de que é feita a história de cada sociedade, as características particulares de cada ambiente que a rodeia, as significações imprevisíveis que ela escolhe dar a este ou aquele acontecimento da sua história, a este ou aquele aspecto do seu habitat, entre todos aqueles que poderia muito bem ter escolhido também para lhes conferir um sentido” (LÉVI-STRAUSS, 1986, p. 151). Tratando também das complexas relações entre ambientes e sociedades humanas, Eduardo Neves aponta que:

[...] o mundo da natureza, para as populações indígenas da Amazônia, representa não somente um grande estoque de recursos materiais a ser utilizado de diferentes formas — para alimentação, construção de habitações, transporte, divertimento —, mas também uma verdadeira biblioteca de referências, a partir da qual indivíduos e sociedades constroem narrativas sobre si mesmos e seus papéis no universo (NEVES, 2006, p. 20).

Neste sentido, o aprimoramento dos conhecimentos das ecologias e dos ecossistemas é fundamental à compreensão histórica das sociedades que compõem esse ambiente. Por outro lado, a historicização da natureza não consiste em uma simples ampliação das escalas cronológicas com as quais o historiador está acostumado a trabalhar. Ela inclui também uma maior atenção do historiador às mudanças e transformações³ ocorridas no espaço para que seja possível acompanhar as alterações do corpo social na medida em que os espaços e as biotas também se modificam.

1.2 – A CONSTITUIÇÃO DO NEOBRASILEIRO

O processo de conquista e colonização da América Lusa ocorreu a partir do contato dos invasores europeus com as sociedades indígenas já estabelecidas no território, especialmente

³ Deve-se ressaltar que essas mudanças devem ser evidenciadas e comentadas sem o anacronismo das noções ambientais e ecológicas do presente. As sociedades antigas não possuíam os mesmos referenciais de devastação e preservação ambiental do tempo presente.

com a implantação da economia açucareira na costa e com utilização do trabalho nativo. Essa relação, construída a partir da negociação e da violência, alterou as concepções de ambos os lados dos contatos, além do que promoveu a emergência de novas combinações socioculturais e simbólicas nesse mundo ibero-americano em gestação.

Essas novas combinações promoveram uma mudança na maneira como os elementos humanos e não humanos do espaço colonial se relacionavam. Tendo, então, como pressuposto que esses elementos sempre estiveram interligados, percebe-se que tal ligação foi simbólica e culturalmente construída, em grande parte, por oposição, buscando delimitar e diferenciar o humano do não humano em uma relação de dominador e dominado. Essa oposição entre homem e natureza é mais característica das sociedades ocidentais e cristãs, como sugere Diogo de Carvalho Cabral:

Habitantes de densos e permanentes povoados agrícolas e centros urbanos [os portugueses], trouxeram consigo à América uma cultura que separava e hierarquizava rigidamente humanos e não-humanos. Além da evidente, mas complexa, relação com a cultura material e a tecnologia, a visão de mundo portuguesa estava muito ligada à religião que eles fervorosamente cultivavam. Especialmente em sua forma ocidental, o judaico-cristianismo talvez seja a religião mais antropocêntrica que o mundo já conheceu. [...] O judaico-cristianismo estabelecia uma separação radical com a natureza. Mais do que isso: insistia que era vontade do deus único que os humanos explorassem a natureza para seu próprio benefício. ‘Frutificai e multiplicai-vos’, disse ele aos humanos, ‘enchei a terra e submetei-a. Dominai sobre os peixes do mar, sobre os pássaros dos céus e sobre todos os animais que se arrastam sobre a terra’ [Gênesis, 1] (CABRAL, 2014, p. 70)⁴

Os usos comerciais das madeiras, a devastação das florestas e a fundação de cidades foram inseridos em uma lógica que hierarquização e autoafirmação dos colonizadores nessa situação socionatural (CABRAL, 2014, p. 63; ARAÚJO, 2003). Porém, deve-se destacar que a relação entre natureza e humanidade não necessariamente mede-se em forças opostas, em que uma luta para sobreviver e a outra “devasta” irracionalmente, gerando sempre resultados negativos. A relação desses dois elementos pode ser sinérgica, como no exemplo do cultivo da mandioca na Amazônia entre 8 e 10 mil anos atrás. Segundo Cabral, a “combinação de clonagem e sexualidade, produtora de diversidade genética e segurança alimentar, resultou do

⁴ Vale ressaltar que a generalização acerca da cosmovisão indígena desenvolvida por Cabral (2014) neste trecho foi realizada a partir dos estudos que tinham como recorte as sociedades Tupi e Aché. Portanto, não condiz com a cosmovisão de todos os povos que ocupavam e ocupam o espaço sul-americano. Sobretudo os povos andinos. Entretanto, a constituição desse neobrasileiro se torna bastante operativa para compreender a mudança qualitativa e a racionalização dos recursos florestais.

diálogo entre a biologia da mandioca selvagem e a engenhosidade ameríndia” (CABRAL, 2014, p. 208).

Em que pese as possíveis sinergias entre os ecossistemas e os seres humanos que o compõem, este estudo se voltará preferencialmente para as madeiras – isto é, as florestas identificadas pelo colonizador por seu valor utilitário e econômico – e seu papel dentro da sociedade colonial amazônica no século XVIII. Trataremos, sobretudo, da segunda metade deste século, momento em que ocorreu a “elevação [de Belém] à condição de sede do governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1751” e a do governador e capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do marquês de Pombal (COSTA, 2006, p. 83).

Contudo, é importante discorrer sobre a relação com a floresta mantida pelos povos indígenas que já ocupavam o território que veio a se tornar a América Portuguesa. As populações nativas, diferentemente dos portugueses, construíam uma relação de simbiose com a natureza, chegando por vezes, a se fundir com os elementos não-humanos do meio ambiente:

Para os ameríndios, caçadores e coletores sem moradia fixa, ou então habitantes de aldeias horticuloras sujeitas a deslocamentos periódicos, pode-se dizer que a floresta estava dentro da ordem social.[...] Para os indígenas sul-americanos, não existe aquilo que nós, ocidentais modernos, acostumamo-nos a chamar de “natureza”; o que há é um mundo “social” todo-abrangente. Eles entendem que animais e plantas possuem subjetividade tal como os humanos: todos os seres são “pessoas” com pontos de vista particulares sobre eles próprios e sobre o cosmos que os contém e rodeia (CABRAL, 2014, p. 68).

Portanto, tem-se duas formas completamente distintas de se perceber o mundo, de senti-lo e de explorá-lo: os portugueses com sua herança judaico-cristã, que se colocam no centro de tudo, enquanto um elemento dissociado do meio em que se encontra e da natureza, criada por seu deus para lhes servir como lhes aprouver; e os indígenas sul-americanos, que percebem a natureza ao seu redor tanto como um elemento transcendental no qual constroem suas religiosidades quanto como um elemento imanente inseparável do que são.⁵

Essas duas cosmovisões acerca da natureza se transformam na medida em que, através do intercuro sexual e das mestiçagens socioculturais, nativos e colonizadores foram formando

⁵ O grau de ligação do indígena com a natureza e da “humanidade” dos seres não humanos é tão grande que a metempsicose e a metamorfose são elemento intensamente presente ao longo de suas construções culturais. A floresta não era um elemento exterior a eles, era um lugar onde eles e os outros seres dialogavam. Esse diálogo ia além dos caracteres unicamente religiosos e ritualísticos. Como demonstra Diogo Cabral (2014, p. 78), durante o assassinio da jaguares, era comum que os indígenas conversassem e mentissem para os animais, para evitar que esses se vingassem posteriormente.

uma nova sociedade. A miscigenação dos portugueses com as populações indígenas foi possibilitada em larga medida pelo que Diogo Cabral (2014) chama de cunhadismo. Para alguns grupos étnicos nativos, o casamento de suas filhas com forasteiros era considerado uma honra. Ao casar com uma mulher indígena⁶, o português ganhava um enorme número de parentes, o que aumentava sua rede de proteção local e poderia representar um acesso privilegiado à força de trabalho nativa. Além disso, a união matrimonial entre o colonizador e a indígena possibilitava a criação de uma “prole mestiça adaptada às múltiplas influências culturais, bem como às novas circunstâncias econômicas” (CABRAL, 2014, p. 63). A prole mestiça proveniente desses casais se encontrava em uma espécie de limbo social sem que estivesse plenamente integrada em nenhum dos mundos.

Essa mestiçagem criou uma nova mentalidade que se desenvolveu dentro do espaço colonial português. No enfrentamento entre a cosmovisão portuguesa, judaico-cristã, separatista e hierarquizada da natureza com a cosmovisão indígena, segundo a qual sociedades humanas eram parte integrante de um *continuum* com a natureza, venceu a primeira. Na medida que esse processo de mestiçagem acontecia os valiosos saberes indígenas acerca da natureza iam ganhando novos significados e objetivos para esse grupo mestiço. A transformação das percepções indígenas de convivência com a natureza ocorreu a partir da introdução de novas lógicas mercadológicas e utilitaristas trazidas pelos invasores, dando origem a uma figura nova dentro do universo colonial, o neobrasileiro⁷.

Os neobrasileiros preservaram muito da herança etnoecológica dos antecessores indígenas, mas a utilização desse conhecimento para a convivência com o natural se transformou: “Os neobrasileiros conheciam muito do ambiente em que viviam, sim; mas não tanto para aproximar, conviver, conversar. Conheciam para rechaçar, dominar e conquistar”

⁶ A relações matrimoniais dos lusitanos com as mulheres indígenas se construíam de maneira diferente dos casamentos entre colonizadores. A objetificação se dava de maneira mais intensa e algumas fontes, como a carta de instrução para a fundação da vila de Borba, escrita por Mendonça Furtado indica um possível hábito de prostituição das esposas indígenas de colonizadores: ““Como presentemente virão para esta Vila alguns Casais de homens brancos, casados com índias, e pode suceder que pelo tempo adiante queiram pôr em desprezo as mulheres para alguma sujeição de algumas pessoas menos intencionadas, que não zelam como devem os interesses sociais do Estado: se a V. Mcê., lhe chegar nota alguma de desordem a esse respeito, cuidará muito em evitar, fazendo compreender ao agressor a deformidade da ação, e o quanto deve estimar sua mulher, em contemplação da qual se lhe fizeram todas as honras e mercês que ele experimentou” (MENDONÇA, 2005, TOMO III, p. 72)

⁷ Apesar de bastante difundida no meio historiográfico, o termo “neobrasileiro” utilizado ao longo do trabalho carrega certa carga colonialista em sua conceituação. O termo referido parte do pressuposto que as populações indígenas foram os primeiros brasileiros quando caracteres identitários e a ideia de Brasil não existiam e surgem a partir do contato com o invasor português. As populações indígenas simplesmente o eram dentro de seus grupos, não havendo uma identificação ou generalização maior das populações que ocupavam o espaço chamado brasileiro atualmente.

(CABRAL, 2014, p. 75). O conhecimento utilizado nos processos de interiorização colonial da América tinha origem indígena e foi acionado por estes neobrasileiros, a crescente população mestiça que ia se espalhando pelos territórios nativos. É obvio que essa emergência foi lenta e repleta rupturas e de continuidades. Deve-se destacar também que as populações ameríndias ou originárias também modificaram suas práticas sociais relativas à natureza, muitas vezes incorporando a ótica do colonizador.

Ao passo que a cosmovisão dos colonizadores se espalhava, os neobrasileiros assumiam cada vez mais o papel de mando e tutela sobre o mundo natural (sobretudo no avanço do bandeirantismo), perdendo, com isso, a visão imanente e transcendental das florestas, manifestada por seus antecessores, enxergando-a, agora, a partir das perspectivas coloniais. A onça deixou de ser abatida liturgicamente e o seu valor comercial como “pele” ou “animal exótico” ganhou maior destaque; a vingança guerreira dos Tupinambás deu lugar à escravização e ao domínio sobre a força de trabalho de povos hostis. O conhecimento ecológico e social dos indígenas foi capitalizado e transformado em mercadoria. Paisagens como rios, cachoeiras, florestas e campos cerrados passaram a ser vistas preferencialmente por seu valor utilitário e sua serventia para os rumos materiais da colonização na agricultura, na navegação e no pastoreio.

Por conseguinte, deve-se reconhecer que o processo de colonização do mato não foi feito única e exclusivamente através da miscigenação. O genocídio indígena também foi parte importante desse processo.⁸ A dizimação das populações indígenas contribuiu para a permanência da concepção do colonizador de que aquele espaço se tratava de um território virgem, nunca explorado anteriormente, quando, na verdade, se especula que as florestas costeiras possuíam apenas cerca de 50% de sua mata virgem (CABRAL, 2014, p. 65).

O processo de colonização, portanto, está diretamente (embora não exclusivamente) ligado à exploração da natureza americana como “recursos naturais” e, apesar do constante esquecimento em que se encontram as florestas brasileiras, foi através delas, da exploração de uma árvore, produtora de uma cor vermelha, símbolo da aristocracia, que se viabilizou o processo de ocupação inicial da terra de Santa Cruz. A exploração e gestão florestal acompanham a história da sociedade da América Portuguesa desde o início da colonização.

⁸A ocupação do colonizador ao longo daquele território não acompanhou o assassinio das populações indígenas, fazendo com que populações inteiras desaparecessem, a floresta onde estas viviam se recuperassem e vazios demográficos surgissem. O mesmo aconteceu na Amazônia como veremos.

CAPÍTULO 2 – A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS LENHOSOS DA AMÉRICA PORTUGUESA E A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA AMAZÔNIA

No presente capítulo discutiremos o papel das florestas ao longo da colonização para que seja possível uma melhor percepção do meio ambiente enquanto elemento fundamental para a compreensão e estudo da história da América lusitana. Além disso, o capítulo também aborda a formação histórica da Amazônia e historiciza o território amazônico ao longo de sua ocupação humana, tratando, em um primeiro momento, dos indígenas e, em seguida, do que Warren Dean chamou de “a segunda leva de invasores” (DEAN, 1996, p. 59).

2.1 – AS FLORESTAS E A COLONIZAÇÃO DA AMÉRICA PORTUGUESA

A exploração das madeiras teve seu início com o encontro e a ocupação do continente americano pelos portugueses. Foi entre “aquele arvoredo de infindas espécies”, tal qual nos descreveu Pero Vaz de Caminha, que os colonizadores encontraram algo que justificou a ocupação daquela terra, mesmo que de maneira tímida: “Era a Ibirapitanga, o pau-vermelho dos índios tupis, abundante nas matas litorâneas, desde o Rio de Janeiro até o Rio Grande do Norte e que se estendia para o interior até o sertão” (CASTRO, 2002, p. 11). A exploração do pau-brasil começou em 1503⁹ e foi realizada por meio de um sistema de concessão, tendo seu primeiro contrato firmado por volta de dois anos e meio após o “descobrimento”. Ao contrário do que se pensa, exploração dessa planta perdurou por muito tempo e, de fato, se transformou em um alicerce importante da economia colonial até o século XIX.

Desde o início da exploração, as autoridades coloniais buscaram controlar a atividade. Os contratos de concessão realizados pela Coroa se tornavam interessantes aos exploradores pois, nesses documentos, a metrópole prometia a exclusividade de compra aos produtores “brasileiros”, fechando seu mercado à tintura asiática. Além disso,

a cota de extração de 20 mil quintais anuais [previstas no contrato], cerca de 1200 toneladas, garantia [...] a possibilidade de uma produção sustentada. Considerando que cada árvore pesava em média 8 quintais, o volume explorado anualmente, mediante os contratos de concessão, era de cerca de

⁹ O primeiro contrato de concessão é assinado entre Fernão de Noronha e a coroa. D. Manuel declarou o monopólio do pau-brasil e concedia seu direito de exploração através do arrendamento de três anos, se comprometendo com uma carga mínima anual e uma cobrança progressiva de impostos (CASTRO, 2002, p. 15)

1.140 m³, ou seja, de 2.500 árvores por ano. Para atender esta produção, a área que sofria exploração seletiva, com a retirada de 4 árvores por hectare, era de aproximadamente 625 hectares. Apenas o entorno de uma única feitoria à beira mar, num raio máximo de 20km, forneceria este volume de madeira pelo período de um século, isso sem considerar a regeneração natural (CASTRO, 2002, p. 17).

Outro ponto que se deve destacar é a importância do trabalho indígena (forçado ou não) no processo de exploração florestal do continente americano, que compreendia todas as fases de tal processo, indo desde a escolha das melhores árvores, passando pelo corte das árvores de Ibirapitanga e seu transporte às feitorias e ao auxílio para o embarque dessas madeiras nas naus. As populações indígenas trabalhavam em troca de itens inexistentes na sua realidade, como espelhos, ferramentas de trabalho fabricadas com ferro e armas. Apesar dessas trocas, muitos povos originários foram escravizados e seu trabalho foi crucial na exploração florestal e, posteriormente, nas fazendas de cana que surgiram ao longo dos séculos XVI e XVII (OLIVEIRA *in* FRAGOSO & GOUVÊA, 2015, p. 167ss). De toda forma, os contratos firmados entre a Coroa e os particulares para a extração do pau-brasil causaram, ao menos em um primeiro momento, impacto global reduzido sobre as biotas da Mata Atlântica e se valeram dos conhecimentos e do trabalho nativos para funcionar.¹⁰

Após o primeiro momento da colonização, em que o interesse econômico esteve voltado apenas à extrativismo florestal e não à conquista do território, teve início o processo da implementação do monocultivo da cana de açúcar com seu formato agroexportador e escravista. A partir de então, “a mata começou a ceder espaço para a ocupação agrícola. Foi o início do desmatamento de forma mais extensiva, sistemática e duradoura”, de acordo com Castro (2002, p. 26). Além da derrubada e queima inicial para a abertura de espaço para a plantação da cana de açúcar, o consumo de lenha cresceu exponencialmente devido à necessidade de manter as caldeiras dos engenhos acesas para o fabrico do açúcar e a derrubada de árvores para a construção de itens de armazenamento do produto. Sendo assim, “a necessidade de madeira para material de construção ou para ser queimada nos engenhos representava um novo elemento de pressão sobre as matas” (CASTRO, 2002, p. 27).

A partir de então, tem-se, além do extrativismo para a obtenção do pau-brasil, a expansão da cultura da cana como elemento destruidor das matas. Contudo, a união desses dois fatores de desmatamento não representou um aumento expressivo da devastação ambiental da América

¹⁰ A exploração das demais árvores consideradas interessantes ao Rei, ocorreu também mediante contrato. Contudo se tratavam de contratos de arrematação. O conhecimento indígena também foi peça fundamental na exploração das demais madeiras.

portuguesa, como tendemos a acreditar. A relativa abundância da mata, perceptível a olho nu, trouxe uma ideia de inesgotabilidade que acabava por se constatar mediante a falta de ferramentas que inibissem uma futura reprodução natural da floresta (com exceção das queimadas e das criações de roçado). Com a exploração desmedida do “pau de tinta” aliada aos cortes ilegais recorrentes, as árvores foram ficando cada vez mais difíceis de serem encontradas nas proximidades das feitorias, o que encarecia a madeira e colocava em risco a lucratividade do negócio tanto para a Coroa quanto para seus concessionários.

Mediante esse cenário de encarecimento da Ibirapitanga devido aos descaminhos e ao extrativismo desmedido, Felipe II assinou em 1605:

o Regimento do Pau-Brasil, instrumento legal contendo medidas visando racionalizar o extrativismo e conservar para futuras explorações as matas de pau-brasil [...] este Regimento pode ser considerado a peça legislativa mais coerente e completa para o controle da exploração, do comércio e do manejo de um recurso florestal no Brasil. (CASTRO, 2002, p. 32-33)

De acordo com Castro, o regimento de 1605, que estabeleceu limites e punições para desvios e maus usos na extração, foi um dos principais responsáveis pela preservação mínima da planta e pela continuidade do negócio do pau-brasil na América portuguesa até o século XIX. Outras espécies apreciadas como produtos coloniais, como os manatins, ou peixes-boi, (carne e gorduras) e algumas espécies de quelônios (tartarugas), sem regulamentação e manejo semelhante, não tiveram a mesma sorte (COSTA *in* FRANCO *et al*, 2012, p. 261-292).

O inédito Regimento demonstrou a preocupação da Coroa com o fim de uma atividade altamente lucrativa e levou em consideração tanto aspectos econômicos como silviculturais em sua redação, sendo “extremamente cuidadoso no sentido de distribuir a demanda por madeira entre diferentes ecossistemas, procurando diminuir a pressão da exploração sobre diferentes populações”. Dessa maneira, era previsto no Regimento: “a repartição da quantidade de pau que se há de cortar em cada uma das Capitânicas, em que há mata dele, de modo que em todo não se exceda a quantidade do Contrato”, se levando em consideração diversos aspectos políticos, ambientais e econômicos, “para não lhe carregarem mais, nem menos pau do que convém para o benefício das ditas matas” de maneira que “não se corte mais quantidade de pau que eu tiver dada por contrato, nem se carregue a cada capitania, mais do que boamente se pode tirar dela.” (CASTRO, 2002, p. 34).

Tida a contemporaneidade do Regimento de 1605, é possível a sua comparação com os conceitos de Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE) realizada por Carlos Castro (2002).

Para este pesquisador, “o Zoneamento constitui um instrumento ao mesmo tempo técnico e político”, provendo “informações organizadas que classificam o território segundo suas ‘potencialidades’ e ‘vulnerabilidades’. Em seu conjunto, são essas informações técnicas que subsidiam a tomada de decisões políticas” (CASTRO, 2002, p. 90). O mesmo era realizado pelo Regimento no século XVII. Com a maior regulação e controle da Coroa, o regime de estanco (monopólio real) passou a sofrer constantes ataques e ao contrário do que se espera, mesmo após 1822, a questão da livre exploração do pau-brasil ainda perdurou sob forte discussão.

Para alguns, o forte controle da metrópole sobre o pau-brasil e, posteriormente, sobre os demais paus reais, gerou um movimento contrário ao da preservação, de maneira que os fazendeiros passaram a ver as árvores como um estorvo a ser eliminado sem deixar resquícios, diminuindo ainda mais a sua preservação. De acordo com Castro (2002, p. 43), no caso específico do pau-brasil, “Se os proprietários passaram do desejo à prática pouco se sabe”, um fato é que, como dito acima, se manteve uma contínua exploração do pau-brasil até a segunda metade do século XIX. Além disso, é recorrente nas documentações consultadas o desmatamento de madeiras nobres para a construção de roçados seja pela falta de conhecimento, seja pela falta de interesse no negócio madeireiro.

Para além da exploração do pau-brasil, as formas e modos de utilização e destruição colonial das florestas da América portuguesa foram variadas. Uma das que cumpriu (e cumpre) um papel de destaque na alteração permanente do ambiente foi a pecuária, que “por toda parte impedia a reversão de lavouras abandonadas à condição de floresta”. Por isso, Warren Dean faz referência à James J. Parsons ao dizer que “foi a pecuária e não a agricultura que representou o resultado final, permanente, da transformação humana do ecossistema, tendo sido a lavoura mero estágio intermediário e temporário” (DEAN, 1996, p. 131). Pois, no processo de utilização das terras para a plantação de cana, “o empobrecimento das áreas cultivadas devido à perda de nutrientes pela extração da biomassa e pela lixiviação e erosão do solo, aliado à abundância de áreas de florestas primárias, levava ao abandono das áreas depois dos vários ciclos de colheita” (CASTRO, 2002, p. 90), o que permitia a recuperação dessas florestas.

Ao contrário do que o senso comum nos indica, o início do plantio da cana de açúcar na América Portuguesa ocorreu mediante não apenas à vinda, financiada pela Coroa, de “administradores, técnicos como mestres-açucareiros e carpinteiros das ilhas, [mas] trouxe também os instrumentos regulatórios” (CASTRO, 2002, p. 105). O que demonstra, desde o princípio, uma preocupação com o esgotamento dos recursos florestais, fruto de sua experiência

nas ilhas açorianas, e na Ilha da Madeira, que posteriormente, fez parte de um projeto de ocupação e colonização organizadas do Estado do Maranhão e Grão-Pará (CHAMBOULEYRON, 2010).

A cultura canavieira, apesar de ter responsabilidade pelo desmatamento das florestas da América portuguesa, em especial da Mata Atlântica, mantém uma média de entre 9.000 hectares e 16.000 hectares plantados em um período o qual compreende do início da colonização ao início do Império. Portanto, “quando comparada com a área de cobertura florestal litorânea da época, e com os números atuais de corte de floresta primária no Brasil, a importância relativa do desmatamento para a abertura dos canaviais durante os primeiros 220 anos de colonização parece irrisório” (CASTRO, 2002, p. 95), tendo sido responsável pelo desmatamento de cerca de 360 mil hectares, somados área desmatada para plantio e consumo de lenha nas caldeiras durante toda a colonização, que, se comparada as dimensões estipuladas para a mata atlântica, em 1500, de 2.725.000 hectares apenas no sul da Bahia, e consideradas as taxas de recuperação natural das florestas nas fazendas abandonadas depois de algumas décadas, estas não sendo ocupadas pelo gado, demonstra baixíssimo impacto se comparado aos assustadores números de desmatamento da mesma região no período de 1945 à 1960, onde tem-se uma perda de 1.315.000 hectares em um período de 15 anos (CASTRO, 2002, p. 164). Entretanto vale destacar que a percepção dos ocupantes eram distintas pois o impacto local com a falta de recursos lenhosos, além de inviabilizar certos negócios como o açucareiro, também fazia com que os locais vissem espaços completamente devastados pela ação da sociedade humana.

As ações referentes ao meio ambiente e à gestão florestal não se encerram com as Ordenações afonsinas¹¹, que condenavam o uso do fogo, ou com o Regimento do pau-brasil. Pode-se trazer, como exemplo, as determinações de 1677, do Governador Geral Roque da Costa Barreto, que proibiu a instalação de engenho muito próximos uns dos outros para que se evitasse possíveis problemas com o fluxo de consumo de lenha e para que este se desse de maneira sustentada.

Com o passar do tempo, ao explorar aquele “arvoredo de infindas espécies” descrito por Caminha, se descobriram diversas espécies ideais e até superiores às usadas até então pelos

¹¹ Apesar de nossa discussão ter se atentado, de uma maneira mais profunda, ao manejo florestal do pau-brasil, é perceptível uma preocupação não apenas com esse recurso florestal. Um pouco antes do Regimento de 1605, discutido acima, houve o implemento das Ordenações Filipinas, em 1603. Tais Ordenações, em especial a legislação específica para a colônia demonstra a clara “preocupação com o uso duradouro dos recursos naturais renováveis manifesta-se de forma clara e nítida, definindo mecanismos de controle eficientes e integrados, adequados para a execução de uma política coerente de uso e conservação” (CASTRO, 2002, p. 109).

portugueses para a construção de embarcações. Principalmente a partir dos séculos XVII e XVIII, com a destruição de 80% da frota portuguesa em seu embate com os holandeses no nordeste da América Portuguesa, em meados do XVII, e com a administração pombalina a partir da segunda metade do XVIII, os interesses pelas madeiras presentes na América portuguesa – sobretudo nas madeiras da região do Grão-Pará e Maranhão – cresceram vertiginosamente. Esse processo de exploração madeireira foi politicamente implementado não somente no Estado do Brasil, mas também no Estado do Maranhão e Grão-Pará, onde, de acordo com Regina Batista, “a fabricação de madeiras no Grão-Pará despontou como umas das alternativas pela qual a Metrópole poderia alavancar os seus planos de incentivo a prosperidade da Colônia e o conseqüente aumento da Fazenda Real” (BATISTA, 2013, p. 21).

Tendo como principal finalidade a construção naval e a reestruturação de Lisboa após o terremoto de 1755 que devastou a cidade, a madeira era a “matéria prima fundamental para a construção e os reparos dos navios, para tanto elas deveriam ter qualidades como rigidez, segura e maleabilidade, de acordo com a necessidade de cada parte da construção”. Tendo sido presença abundante dessas madeiras de extremo valor, “uma das descobertas mais importantes para impulsionar o interesse do colonizador na Amazônia” entre os séculos XVII e XVIII, de maneira que durante esse período “detectou-se um número significativo de navios partindo dos portos do Pará para Lisboa com carregamentos de madeira destinados exclusivamente ao Arsenal Real do Exército e Marinha” (BATISTA, 2013, p. 23-24).

Sendo a madeira um bem de extremo valor para os portugueses, que sofreram com sua falta desde o século XIV, a partir do século XVII, com as diversas descobertas de árvores de qualidade para a construção e uso naval nas florestas da América portuguesa, a Coroa passou a reservar, para si, o monopólio dos “paus reais”,¹² sendo tais paus os responsáveis “por grande parte dos recursos destinados a reestruturação da então falida marinha portuguesa” (BATISTA, 2013, p. 27).

Percebe-se, então, que os recursos florestais foram um elemento de constante exploração e controle no universo colonial da América Portuguesa. E, apesar de ter sido o primeiro recurso explorado, a gestão florestal foi muito além da Ibirapitanga dos índios tupi. Por isso, os recursos madeireiros, em ambos os Estados da América Lusa, foram matérias de constante discussão,

¹² A Coroa passa a reservar as árvores mais importante através das cartas de sesmaria como a de Moraes Bitancourt em que a coroa ordena reservar para ela, “os Paos Reais que nella houver para embarcações” (BATISTA, 2013, p.26).

preocupação e controle nos documentos oficiais, objetos de legislações e concessões exploratórias e motivadores de projetos diversos.

2.2 – A ARQUEOLOGIA DA AMAZÔNIA E A CONSTRUÇÃO COLONIAL DO TERRITÓRIO

Como dito, a floresta compõe elemento fundamental na história da colonização, tanto no referente à ocupação quanto às relações dos invasores com as populações originárias.

Após essa perspectiva geral, é necessário que nos debruçemos sobre a formação histórica da Amazônia – recorte espacial da pesquisa realizada. Em primeiro lugar, entender o meio físico do bioma amazônico é essencial para compreender os posteriores processos de ocupação da terra, tanto pelos indígenas quanto pelos invasores portugueses. A Amazônia compõe mais de 40% do território atual brasileiro e engloba uma grande variedade de ecossistemas. O espaço físico amazônico conecta-se, inclusive, a espaços compostos por formações geológicas distintas como os Andes, “cujo seu processo de soerguimento se encerrou há ‘apenas’ seis milhões de anos”, e os planaltos das Guianas e Central, “regiões geologicamente mais antigas” (NEVES, 2006, p.13). A região amazônica possui sete milhões de quilômetros quadrados e compõe o território do Equador, da Bolívia, do Peru, da Colômbia, da Venezuela e do Brasil, como já mencionado.

A magnitude geográfica do território amazônico e a biodiversidade presente em sua área são de uma riqueza natural inquantificável e, devido à sua pluralidade ecológica, abrigou diversos povos com construções socioculturais completamente distintas, ao longo dos últimos 12.000 anos. Entretanto, apesar de toda a sua riqueza natural e de suas florestas extremamente densas, a fertilidade de seu solo é baixa, como conta-nos Eduardo Góes Neves:

Os solos amazônicos são normalmente bastante pobres, com exceção de algumas áreas como as planícies dos rios de águas brancas ou outros locais específicos onde ocorrem manchas de solos mais férteis, como ao longo da rodovia Transamazônica, próximo à cidade de Altamira, no Pará. Essa baixa fertilidade é explicada pela história geológica da região. Com exceção dos Andes, que são uma formação recente, a bacia amazônica está implantada sobre áreas geologicamente antigas, sujeitas às condições extremas dos climas tropicais. Sob essas condições, os solos são expostos anualmente a chuvas torrenciais, bem como à evaporação causada pelo sol equatorial. Em consequência, tornam-se ácidos e incapazes de manter seus nutrientes, em um processo conhecido como lixiviação (NEVES, 2006, p. 14-16).

Todavia, a floresta amazônica realiza uma intensa ação de reciclagem, reaproveitando boa parte dos nutrientes que compõem sua biomassa. O período necessário para isso é, contudo, é extenso, exigindo da floresta diversas décadas para se recuperar. Essa recuperação é prejudicada pelo desmatamento, de modo que, com um solo pouco fértil, sem a biomassa ou banco de sementes que forra a terra, as florestas do território amazônico não conseguem se reerguer.

A densidade da floresta impacta, de maneira lógica, a formação da fauna que ali vive. Com uma concentração de biomassa na copa das árvores, é incomum a formação de manadas caçáveis como nas savanas. Fazendo com que a caça seja mais inconsistente que outras formas de se obter víveres como a pesca, a agricultura e a coleta. A ocupação humana da floresta, então, priorizou regiões nas margens dos rios, pois “os animais aquáticos são uma fonte mais previsível e abundante de recursos alimentares”, indo desde peixes a mamíferos aquáticos. A bacia amazônica, quanto ao estudo da ocupação humana, pode ser dividida em quatro grandes compartimentos: o primeiro deles é formado por uma longa faixa de terra que acompanha, de maneira paralela, a cordilheira dos Andes; o segundo compartimento é formado pelas regiões ribeirinhas, às margens dos rios e igarapés do território; o terceiro, trata-se das regiões de terra firme, não alagáveis entre os rios; e a quarta é composta pelas regiões de estuário e litoral, presentes nos atuais contornos dos estados do Pará, Amapá e Maranhão (NEVES, 2006, p. 18).

A última região é conhecida por abrigar a civilização marajoara, uma das mais conhecidas civilizações pré-coloniais amazônicas:

A tradição marajoara é caracterizada por sofisticada cerâmica policrômica com motivos geométricos, pela construção de grandes aterros onde eram edificadas as aldeias e por certa estratificação social e especialização das atividades artesanais, mas a fase que lhe é imediatamente posterior, a Aruã, representa, sob o aspecto técnico e artístico, uma regressão, que foi explicada como resultado da pressão inibidora do meio (COSTA, 2004, p. 221-22).

Contudo, as revisões arqueológicas não indicam apenas os marajoaras como civilização desenvolvida na região amazônica. Estudos mais recentes apontam para uma ocupação das margens do Amazonas por sociedades complexas, autóctones e numerosas com um amplo desenvolvimento no campo da cerâmica e da agricultura (COSTA, 2004, p. 222). Os estudos acerca de civilizações antigas da região amazônica como a marajoara, nos permite desconstruir o imaginário popular da floresta enquanto um espaço limitador do que se entende por “desenvolvimento social”.

O desaparecimento desses agrupamentos populacionais que habitavam as várzeas dos rios se deu a partir do século XVII e fez com que essas populações estivessem quase todas extintas na metade do século XVIII. Esse processo de desaparecimento populacional ocorreu antes da ocupação definitiva do território pelos colonizadores portugueses, sobretudo devido a propagação rápida de doenças e pelos movimentos de apresamento de indígenas, que, com o auxílio dos neobrasileiros, adiantavam-se à própria ocupação colonial efetiva. Essa movimentação, que precede a ocupação territorial, gerou a formação de verdadeiros vazios demográficos, frutos não da pressão e da hostilidade das florestas, mas da própria colonização (COSTA, 2004, p. 223).

Além do desaparecimento das populações nativas ao longo da colonização da Amazônia, esse processo se deu de maneira separada do restante do Brasil. Por isso, seus processos ocupacionais, culturais, políticos também se construíram à parte do restante do atual território brasileiro. A exclusão política do território amazônico é um elemento permanente da história do Estado Brasileiro. Reforçada por ideias de uma região sem história, de uma região virgem e despovoada. Essa segregação dos territórios amazônicos enquanto parte do território nacional, pelos menos até o regime varguista, auxiliou na construção de um imaginário coletivo que destituiu, não propositalmente, a região de sua própria história e de suas identidades sociais.

Ao longo da segunda metade do século XVIII, com as reformas pombalinas e o tratado de Madri, de 1750, as prioridades da demarcação engendrada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado eram de salvaguardar os territórios coloniais estabelecendo fortificações ao longo das fronteiras com outras potências ultramarinas. Se preocupando com a ocupação das fronteiras, muitos desses “vazios coloniais” criados pela dizimação das populações indígenas permaneceram até os séculos XIX e XX. A manutenção do imaginário de uma Amazônia “sem história” deve ser problematizada. Como sugere Kelerson Semerene Costa (2004) e Eduardo Góes Neves (2006), tal desconstrução deve dar lugar à noção de uma região ocupada desde os séculos X a.C., com diferentes sociedades humanas e não-humanas em relações complexas com o meio natural, e não uma região desocupada e amorfa.

CAPÍTULO 3 – AS REFORMAS POMBALINAS E AS MADEIRAS NO GRÃO-PARÁ (1750-1777)

O presente capítulo tem como objetivo apresentar as fontes estudadas e relacioná-las com a bibliografia lida, analisando as relações da administração do governador e capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado com a crescente importância da exploração das florestas americanas nas pautas econômicas e políticas da Coroa portuguesa.

Dessa maneira, para um melhor entendimento dos assuntos trabalhados, o capítulo está dividido em três subitens. Dessa forma, poderemos discutir de maneira mais pormenorizada os pontos que circunscrevem a política colonial e a exploração madeireira nos recortes temporal e geográfico definidos. No primeiro subitem discutiremos a política pombalina priorizando os elementos que interferiram de maneira mais direta nos territórios coloniais portugueses e, em especial, no Estado do Grão-Pará e Maranhão. O segundo subitem tem como enfoque a administração de Mendonça Furtado, pois, o território amazônico foi o mais atingido pela administração pombalina e a intervenção de Sebastião de Carvalho personificada por seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Já o terceiro subitem se dedica ao negócio das madeiras propriamente dito e o local que ele ocupou dentro das relações sionaturais construídas pela colonização na Amazônia.

3.1 – AS REFORMAS POMBALINAS

O chamado período pombalino marcou indelevelmente o reinado de D. José I, entre 1750 e 1777, chegando mesmo a confundir-se cronologicamente e ofuscando o próprio rei em projeção e poder político. Foi nesse período que Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, consolidou sua ascensão rumo aos altos escalões da administração régia. As intervenções de Pombal dentro do espaço político luso se intensificaram quando foi alçado ao cargo de Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino, sendo reconhecido pela historiografia como o principal ator político do reinado de D. José I (MONTEIRO, 2014, p. 129). Tendo Carvalho como artífice político central, o reinado de Dom José foi marcado pela imensa “produção legislativa” e pela execução de ações governativas de pendor reformista com forte impacto sobre todo o império. E, apesar de não haver consenso na historiografia quanto à

coerência e efetividade das intervenções pombalinas,¹³ as ambições reformistas na administração da monarquia e de seus territórios ultramarinos produziram forte impacto sobre o Império, como aponta Nuno Gonçalo Monteiro (2014).

A partir das leituras realizadas, apesar de malsucedidas em certos aspectos e eficazes em outros, as reformas pombalinas mudaram a face da ocupação humana e da exploração econômica do território amazônico, principalmente durante o período de governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a frente do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Mas quais os principais pontos dessas reformas? Para Nuno Monteiro, as principais disposições da legislação Josefina referentes a América lusa se concentraram em quatro tópicos: “Disposições sobre o comércio, administração, fazenda e, por fim, a guerra e a política internacional” (MONTEIRO, 2014, p. 129). Entretanto, devido aos objetivos deste trabalho, se terá como foco os assuntos envolvendo o comércio e a administração.

As pautas comerciais do período pombalino tiveram como enfoque a centralização e o monopólio por parte da Coroa e uma priorização de Portugal nas relações comerciais com os estrangeiros. Tais interesses são perceptíveis nas políticas empreendidas por Carvalho e estas podem ser consideradas uma viragem, “a qual acabou por favorecer alguns dos desígnios intencionalmente procurados pelo valido de José” (MONTEIRO, 2014, p. 130), e não a uma reação à crise posterior.

As políticas empreendidas por Pombal resultaram em uma quebra no valor do comércio luso-britânico e em uma baixa nas exportações inglesas à Portugal.¹⁴ A postura comercial de Carvalho nos anos sessenta do século XVIII pode ser percebida em escritos seus de 20 anos antes:

Sendo grande os interesses do comércio com os estrangeiros, são ainda maiores os lucros quando ele se faz com as próprias colónias. Não só este comércio é o mais útil, mas também o menos arriscado. (...) Cada nação monopoliza o tráfico das suas e exclui delas as nações estranhas irremissivelmente. (...) É também o mais útil este comércio pelo número

¹³ Para alguns historiadores como Jorge de Macedo ao se fazer uma “apreciação global dos vinte e sete anos da governação josefina não se pode (...)manifestamente uniformizar essa legislação num plano estabelecido, ou sequer numa seriação intencional de medidas” (MACEDO, 1979 p. 33 *apud.* MONTEIRO, p. 126). Em contrapartida, para outros, como Kenneth Maxwell “ao nível econômico e social, Pombal concebeu um plano ambicioso para restabelecer o domínio nacional sobre as riquezas das possessões ultramarinas que aportavam a Lisboa” (MAXWELL, 1998, p. 111 *apud.* MONTEIRO, p. 126).

¹⁴ As quebras do comércio e das remessas e amoedação de ouro são inquestionáveis. Entretanto, se questiona até que ponto esse cenário demonstra uma crise da economia portuguesa em relação a Inglesa. A política econômica engendrada por Pombal aparenta resultar não em uma crise, mas em uma mudança intencional que visava diminuir o peso da Inglaterra enquanto principal parceira comercial. Tal política, portanto, resulta na diminuição do déficit crônico de Portugal em relação aos ingleses (MONTEIRO, 2014, p. 130)

infinito de pessoas que faz subsistir e enriquecer na Europa, ou no Continente, além das que se enriquecem nas mesmas colónias (...) sendo estes os motivos porque destas partes se tem feito não só a exclusiva dos estrangeiros, mas também o cuidado de vigiar sobre o seu comércio e de o fertilizar cada dia mais para brotar novos ramos (BARRETO, 1986, p. 42-43 *apud* MONTEIRO, 2014, p. 127).

Tais objetivos também podem ser percebidos pela criação das Companhias Gerais de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755) e de Pernambuco e Paraíba (1759) que, além de servirem para “regular as quantidades das mercadorias que devem introduzir, de sorte que tenham uma respectiva proporção com o consumo dos países onde tais mercadorias devem ser transportadas”,¹⁵ também buscavam novos produtos que pudessem ser explorados. Dessa maneira, as Companhias de Comércio visavam um maior controle sobre o consumo colonial e um melhor aproveitamento da riqueza colonial por meio do incentivo à diversificação agrícola, o que estava de acordo com os ideais do reformismo ilustrado defendido por Carvalho e Mello. Tais medidas buscavam auxiliar Portugal a suprir os déficits das economias aurífera e açucareira, que vinham prejudicando a capacidade portuguesa de pagar pelas importações inglesas (MONTEIRO, 2014, p. 130).

A criação das Companhias Gerais de comércio também serviram para satisfazer as intenções de Pombal para sustar o forte controle da Companhia de Jesus sobre a mão de obra indígena, pois ao mesmo tempo que viabilizaram o monopólio comercial nas regiões cobertas por elas, aliadas à legislação de 6 de junho de 1755 – que proibia a escravização dos naturais da terra, e à criação do Diretório dos Índios – desferiu “rude golpe no poder detido pelos missionários, que deixavam de poder gerir a distribuição dos trabalhadores, como até então faziam” (ARAÚJO, 2012, p. 50), além de fortalecer a utilização da mão de obra escravizada do continente africano, monopólio das companhia.¹⁶

Na administração dos territórios, era conhecido o projeto de “incorporação à Coroa das capitanias cedidas aos donatários”¹⁷, na medida em que concentrava mais poder em Lisboa, além de um fortalecimento das secretarias de Estado, a exemplo da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, que tomou espaços políticos antes dados ao Conselho Ultramarino (MONTEIRO, 2014, p. 134). Além de uma preocupação com as demarcações territoriais e a

¹⁵ MENDONÇA, 2005, TOMO II, p. 478.

¹⁶ A incorporação da mão de obra escravizada africana também serviu para acalmar os ânimos das elites coloniais, que perdiam o direito de escravizar os naturais da terra como o faziam.

¹⁷ Apesar da incorporação das capitanias continuar a acontecer durante a administração pombalina, Nuno Monteiro (2014, p. 132) aponta que tal projeto já acontecia antes de Sebastião Carvalho assumir a Secretaria de Estado.

ocupação do território legitimado após o Tratado de Madri, acordado antes de sua administração.

Não obstante o projeto centralizador de Pombal, não houve uma política anticrioulo (anticolono), semelhantes às implementadas nas reformas de Carlos III, rei da Espanha, contemporâneo de Dom José, em Portugal. Dessa forma, as elites camarárias continuaram a exercer a maior parte dos poderes locais, mas tendo Lisboa como centro administrativo e decisório, que muitas vezes decidia em favor das câmaras e não de seus governadores. Assim, além da manutenção do poder das elites locais, a política de Carvalho ao longo do processo de ocupação, sobretudo da região amazônica, incentivava a miscigenação dos portugueses com as populações indígenas e, ao menos em tese, a convivência pacífica entre esses grupos, caminhando de lados opostos se comparada às reformas borbônicas.

É inegável que o chamado “Período Pombalino” e as reformas promovidas por Sebastião José de Carvalho e Melo, a partir de 1755, impactaram a dinâmica colonial. Dentro desse escopo de mudanças promovidas ao longo do reformismo ilustrado, a região amazônica foi uma das mais atingidas das áreas coloniais do reino. Tal fato se deu, pois, a administração da capitania do Estado Grão-Pará e Maranhão estava a cargo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que ocupou o cargo de governador e capitão-general do Estado e plenipotenciário das demarcações do norte durante a década de 50 do século XVIII, e ainda, continuou a intervir na administração da região enquanto Secretário de Estado da Marinha e Ultramar ao longo da década de 60 do mesmo século.

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO DE FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO

As reformas realizadas por Sebastião José de Carvalho e Melo durante o reinado de Dom José marcaram um processo de mudança na dinâmica colonial portuguesa. Dentro do rol de mudanças ocorridas, a região amazônica apareceu com uma das maiores prioridades desse reformismo ilustrado empreendido por Pombal e continuado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Os pronomes de tratamento presentes nas cartas trocadas entre os irmãos de Oeiras¹⁸ não eram mera formalidade e a sintonia identificada por Nuno Monteiro (2014) entre os dois durante os serviços de Mendonça Furtado como Secretário de Estado da Marinha e Ultramar entre 1760

¹⁸ Região natal de Sebastião José de Carvalho e Melo e Francisco Xavier de Mendonça Furtado

e 1769 pode ser percebida também durante o seu tempo como governador da capitania do Grão-Pará e Maranhão.

A chegada de Mendonça Furtado em setembro de 1751 é marcada pela transferência da capital do Estado para Belém.¹⁹ Seu período enquanto governador e capitão-general ocupa um papel de destaque no presente trabalho por personificar as reformas pombalinas no Estado do Grão-Pará e Maranhão e, devido aos objetivos das reformas engendradas por Carvalho e Melo, a partir da segunda metade do século XVIII, as madeiras passaram a ganhar mais importância dentro daquele espaço colonial. Contudo, deve-se trabalhar as mudanças realizadas durante o governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado como um todo para que se tenha uma maior compreensão do recorte. Por isso, seguindo a leitura da arquiteta e historiadora Renata Malcher de Araújo (2003; 2012), nos voltaremos para a política urbanizadora pombalina, que convergiu sobre a importante questão indígena e para a agenda de exploração dos recursos naturais da região.

A urbanização da Amazônia durante o período pombalino está intrinsecamente relacionada com o ambiente natural uma vez que a fundação de vilas e cidades na região, além de demarcarem e ocuparem aquele território, procuram demonstrar também a superioridade do ser humano sobre a natureza, pois, como destaca Araújo, “a cidade é o símbolo máximo do triunfo do homem sobre a natureza” (ARAÚJO, 2003, p. 152).

A criação de novas vilas durante a administração de Furtado não pode ser dissociada de dois fatores: a vinda de casais das ilhas açorianas que ganhou impulso nos seiscentos e continuou nos setecentos (CHAMBOULEYRON, 2010; ARAÚJO, 2012, p. 46), e a transformação de aldeamentos indígenas, antes sob o controle dos regulares em vilas. Dessa maneira, além de ocuparem a posição de “motor da economia regional” (ARAÚJO, 2003, p. 154) fundamentada na sua escravização, os indígenas “avilados” foram também fundamentais aos repovoamentos coloniais pretendidos pela agenda reformista na região, que buscava fazer das populações nativas “leais vassalãs de Sua Majestade” e, principalmente, os “guardas do sertão” perante os inimigos da Coroa, como disse Nádya Farage (1991).²⁰

¹⁹ Belém reivindicava sua capitalidade desde o século XVII, pois possuía as únicas quatro vilas existentes na região até a primeira metade do século XVIII localizadas em suas proximidades (ARAÚJO, 2012, p. 45) e foi a partir da sua fundação que o “processo efetivo de ocupação colonial da Amazônia” se iniciou (ARAÚJO, 2003, p. 153).

²⁰ A incorporação dos indígenas da sociedade colonial foi além da convivência pacífica entre os colonizadores e os naturais da terra pois também se “recomendava expressamente que esta convivência redundasse numa progressiva miscigenação incentivando-se os casamentos mistos” (ARAÚJO, 2012, p. 53).

Dessa maneira, se utilizando dos aldeamentos, antes regulares, sobretudo jesuítas, e da construção de fortes e de outras vilas em locais estratégicos, Mendonça Furtado não visou somente a conquista e delimitação dos limites territoriais amazônicos acordados no Tratado de Madri,²¹ visou também a conquista do conhecimento regional de populações locais (ARAÚJO, 2003, p. 158).

O processo de demarcação e ocupação da região amazônica durante a administração de Mendonça Furtado na Amazônia resultou na instituição de 40 novas vilas e 31 lugares ou freguesias (ARAÚJO, 2012, p. 54). Os projetos empreendidos por Furtado iam além da simples fundação de novas cidades, eram cidades planejadas por engenheiros militares e a ocupação era técnica e pensada para a defesa militar pois as reformas capitaneadas por Pombal e executadas por Furtado no Novo Mundo possuíam uma “linguagem que é em parte de cunho bélico-político” (ARAÚJO, 2003, p. 157).

Foi também a partir dessa nova perspectiva reformista trazida por Furtado que ocorreu a transformação das políticas indigenistas portuguesas. O índio, com a administração pombalina, deixou de ser visto apenas como propriedade e mão de obra disponível e tornou-se objeto de uma nova perspectiva de conversão, agora pautada nas virtudes civilizatórias, sendo sua conquista não mais pelo uso da força, mas pela persuasão.

Todavia, os interesses de Sebastião José de Carvalho e Melo iam além da ocupação do território amazônico. Pombal também visava um maior desenvolvimento econômico da região e uma melhor exploração dos recursos naturais ali presentes. Dentro desse cenário de desenvolvimento econômico, a exploração das florestas ganhou uma importância ainda maior e, em carta ao seu irmão acerca da compra de madeira europeia, Mendonça Furtado afirmou que “é certo que [as madeiras] sempre foi um importantíssimo ramo de comércio”.²²

Foi nessa conjuntura que se desenvolveu um “redirecionamento das ações produtivas no Estado do Grão-Pará e Maranhão, onde os representantes metropolitanos, principalmente o Governador, buscaram distinguir os gêneros mais interessantes ao comércio e incentivar sua produtividade” (BATISTA, 2013, p. 20).

²¹ O tratado de Madri marca, também, um novo conceito de território que tem como pontos basilares a ocupação concreta e a capacidade de intervenção. A partir dessa nova perspectiva, a aliança com os naturais da terra e conhecimento do território regional se fizeram fundamentais na ocupação do território amazônico. (ARAÚJO, 2003, p. 156).

²² MENDONÇA, 2005, TOMO III p. 327.

3.3 – AS MADEIRAS E SEU LUGAR NA ADMINISTRAÇÃO DE MENDONÇA FURTADO

A exploração e gestão florestal acompanham a história da sociedade da América Portuguesa desde o início da colonização. O processo de exploração das florestas para o extrativismo comercial compôs a realidade colonial em todo o seu curso e as madeiras foram elemento importante desse processo.

A apresentação do conceito de recurso natural no primeiro capítulo nos permite a percepção da natureza enquanto elemento ativo e partícipe das relações econômicas, socioculturais e políticas do ambiente colonial, não sendo possível uma desvinculação entre o elemento humano e social e o elemento natural. Isso ocorre pois, apesar do constante esquecimento em que se encontram as florestas dentro dos processos históricos da América Portuguesa – devido à recorrente dissociação entre ecossistemas e sociedades humanas –, foi por meio delas, da exploração de uma árvore conhecida como Ibirapitanga, produtora de uma cor vermelha, símbolo da aristocracia, que se viabilizou o processo de ocupação inicial da terra de Santa Cruz, e, como afirma José Augusto Pádua:

[...] de maneira geral, na medida em que as sociedades humanas se territorializaram – construindo seus ambientes a partir de interações com espaços concretos de um planeta que possui grande diversidade de formas geológicas e biológicas –, emergiram incontáveis exemplos de práticas materiais e percepções culturais referidas ao mundo natural. a produção de um entendimento sobre esse mundo tornou-se um componente básico da própria existência social (PÁDUA, 2010, p. 83).

Dessa maneira, tendo em vista que os recursos naturais são fatores muito importantes tanto nos processos de ocupação quanto nos processos posteriores de territorialização e exploração dos espaços, fica evidenciada a relação de bilateralidade que circunscreve os elementos naturais e humanos e os ecossistemas. Dessa forma, na medida que esses dois elementos se relacionam, eles se modificam, tanto em aspectos físicos, como no caso da natureza, quanto em aspectos culturais, como no caso das sociedades que ocupam esses espaços naturais. E, pela relação intrínseca e constante desses elementos e pelas modificações recorrentes das ecologias, a natureza ocupa lugar privilegiado nos processos históricos. Tal perspectiva sugere uma revisão da visão Braudeliana da natureza, que costuma vê-la apenas na relação com o espaço e com o tempo muito longo, “agindo na moldagem da vida humana nos processos de longa duração [*longue durée*]” (WORSTER, 1991, p. 201).

A partir do demonstrado fica claro o protagonismo da natureza dentro dos processos humanos ocorridos na América portuguesa como um todo e, dentro da diversidade de recursos naturais e limitações espaciais presentes no recorte espacial selecionado, nossa atenção se concentrará nas florestas que demonstraram ser peça fundamental durante todo o processo colonial, tanto no Estado do Brasil quanto no que, atualmente, chamamos “região amazônica”, melhor dizendo, o Estado do Grão-Pará e Maranhão, o enfoque deste trabalho.

As madeiras desempenharam um papel fundamental na ocupação e colonização da região amazônica ao longo do século XVII, como demonstrou Rafael Chambouleyron (2010), além de influenciar diretamente nas relações construídas posteriormente com as populações indígenas a partir da segunda metade do século XVIII, durante os reinados de D. José I e de D. Maria I, conforme expõem Regina Batista (2013) e Renata Araújo (2012; 2003).

Entretanto, a extração madeireira no Estado do Grão-Pará e Maranhão foi marginalizada pela historiografia, sem embargo de ter sido:

um dos principais produtos que chamaram a atenção do colonizador na sua chegada ao Novo Mundo, [e] com o crescimento da necessidade desta matéria-prima para construção naval e para as construções em geral no Reino, além da inauguração da chamada ‘Era Pombalina’, observa-se uma intensificação na comercialização dos recursos lenhosos como produto de exportação. Tais fatores requereram medidas de gestão específicas para os objetivos mercantis da Coroa que aliaram o fomento do comércio madeireiro à necessidade de ocupação/colonização do espaço amazônico (BATISTA, 2013, p. 22).

A proteção dos chamados “paos reais” através do monopólio régio constata que o assunto da madeira era de interesse da administração régia desde o princípio da colonização, entretanto a falta de conhecimento acerca das árvores e uma legislação ambígua ao definir quais seriam consideradas paos reais faziam com que constantemente se derrubassem e queimassem madeiras valiosas para o simples estabelecimento de roçados ou para o processo de refino do açúcar a partir dos engenhos lá instalados.²³

A partir da documentação e da historiografia analisadas, percebe-se que o assunto das madeiras foi discutido largamente pelo Governador da Capitania e pelo Secretário da Marinha e do Ultramar, duas posições ocupadas por Mendonça Furtado no período que estendido entre

²³ Francisco Xavier de Mendonça furtado, em carta ao seu irmão, reclama da falta de conhecimento e de interesse dos administradores aos negócios das madeiras, que deveria ser “um dos grandes ramos de comércio da Companhia”. Mendonça Furtado afirma que esses administradores anunciem que comprarão todas as madeiras que lhes trouxeram “pois assim se conservam de queimarem as infinitas madeiras que entregam ao fogo, tirarão o lucro delas e conhecerão também desta sorte o interesse que se lhes segue com os avanços da Companhia” (MENDONÇA, 2005, TOMO II, p. 551).

1751 e 1769. A partir da segunda metade do século XVIII se observou um expressivo aumento no comércio madeireiro na capitania do Grão-Pará (BATISTA, 2013, p. 33).

Mendonça Furtado assumiu o governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão com diversos objetivos, já descritos no decorrer deste trabalho, como a proteção e urbanização das fronteiras ao norte da América portuguesa, a ocupação e a demarcação territorial perante os impérios concorrentes, especialmente o Espanhol, a cassação dos poderes possuídos pelos jesuítas e o desenvolvimento econômico com a instalação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

O crescimento do comércio madeireiro a partir da segunda metade do XVIII e as ações do governo de Furtado não foram uma simples coincidência. Francisco Xavier de Mendonça Furtado despendeu esforços constantes para a exploração racional dos recursos lenhosos da região, pois acreditava que as madeiras do Grão-Pará superavam, em qualidade e em preço, as madeiras de outras áreas importadas pelo reino. O interesse de Furtado pelas florestas americanas permeava outras obrigações e projetos dentro de sua administração no Estado, como a tarefa de fundação de Macapá no seu primeiro ano de governo. Em carta destinada ao seu irmão, Francisco Xavier comentou sobre a ocupação de Macapá²⁴ e informou que as canoas, depois de deixar os novos moradores, voltavam para Belém carregadas de cedro que se encontravam na costa, para que elas não voltassem vazias. Depois de dois anos, Mendonça Furtado voltou a escrever ao seu irmão e afirmou que daqueles cedros²⁵ extraídos do Madeira e Solimões foram tantas madeiras que foram o suficiente para todas as obras.²⁶

As cartas servem também para demonstrar, assim como apontou a professora Regina Batista (2013), que as madeiras do Pará não serviram apenas como produto de exportação para Lisboa com o objetivo de reconstruir a cidade abalada pelo terremoto de 1750 e expandir sua frota marítima, mas também para as construções coloniais, especialmente nas vilas que ali foram sendo instaladas a partir da aplicação do Diretório dos Índios e da política urbanizadora encetada pelo próprio governador e capitão-general. Como observou Renata Araújo, ao tratar da fundação da Vila Vistosa da Madre de Deus, em 1767, as árvores eram gêneros de primeira necessidade na edificação das novas vilas:

²⁴ A instalação de Macapá é iniciada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado em março de 1752 e que teve como principal dinamizador o ouvidor João da Cruz Dinis Pinheiro. Para uma análise mais detalhada consultar ARAÚJO, 2012.

²⁵ A partir da pesquisa realizada por Regina Batista (2013), foram identificados os dois tipos de Cedro extraídos pelas canoas que voltavam de Macapá pelo Madeira e pelo Tapajós, como “paos reais”.

²⁶ MENDONÇA, 2005, TOMO II, p. 552.

Segundo o relato da residência do desembargador, este “no breve espaço de seis meses a edificou com 112 casas armadas de madeira para os seus habitantes, igreja preparada para os mesmos ouvirem missa, com casa de residência para o parócho, tudo feito em bela regularidade (ARAÚJO, 2012, p. 61).

A preocupação de Mendonça Furtado em relação ao negócio das madeiras é patente e em diversos momentos ele enfatiza que as madeiras:

[...] podem fazer um dos principais objetos dos ganhos da Companhia, e do bem comum do Reino, ficando nele todas as grossas somas que estamos dando aos estrangeiros por madeiras de tão má qualidade como V. Mcês conhecem; quando destas partes se estão queimando madeiras preciosas de toda a casta, e que podem servir para toda a obra, e com tal diferença de duração, qual é a que vai do Pinho do Norte, a Madeiras do Brasil, não faltando aqui, nem a da qualidade que pode servir para forros de casas tão leve como o mesmo Pinho, e com muito maior duração.²⁷

É importante também dedicarmos algumas palavras acerca dos processos que envolvem a exploração das madeiras. A partir do reconhecimento das espécies e suas qualidades,²⁸ o processo de exploração acontecia da seguinte maneira: as toras eram extraídas das matas e, em seguida, poderiam tomar dois caminhos distintos: serem encaminhadas em formato bruto para as naus e seguirem para Lisboa ou serem beneficiadas em fábricas de madeiras instaladas na própria colônia, onde seriam cortadas de acordo com as demandas da Coroa e, somente após este processamento industrial, seriam encaminhadas para o reino. Para todas as fases de produção, desde a escolha da árvore a ser abatida até o seu embarque nos navios que levariam as madeiras para a Ribeira das Naus, o trabalho indígena era peça fundamental para o funcionamento da operação madeireira na região do Grão-Pará e sem ele a operação poderia ser impossibilitada ou sofrer com muitos atrasos.

Com a população indígena sendo parte fundamental dos processos que envolvem a economia extrativa das madeiras, é necessário enfatizar também que, como parte da política pombalina empreendida por Mendonça Furtado, houve um esforço de mudança no trato dos índios, que passaram a ser vistos, pela administração central, como “parceiros” da empresa colonial. Esta preocupação pode ser percebida nas instruções de Mendonça Furtado forneceu aos seus auxiliares e sucessores:

²⁷ MENDONÇA, 2005, TOMO III, p. 247. A referida documentação também demonstra a sintonia entre Francisco Xavier de Mendonça Furtado e seu irmão Sebastião de Carvalho de maneira que na mesma documentação pois além das madeiras do Pará serem de qualidade superior e mais baratas, concentrariam as riquezas do negócio no reinado, objetivo que converge com os escritos de Pombal extraídos dos escritos de Nuno Monteiro (2014).

²⁸ Ao longo do século XVIII se percebe um aumento do envio de madeiras da região para estudos realizados em Lisboa.

primeira coisa em que deve empregar todo o cuidado, é em fazer conservar todo este povo em paz e união, e que assim Índios como Brancos vivam em uma recíproca amizade, fazendo-lhes compreender que o único meio que há, não só para sua conservação, mas do seu aumento, consiste neste sólido fundamento, sem o qual não é possível que haja República que subsista e floresça; e se houver algum Morador que se não contenha às persuasões que V. Mcê., lhe fizer, para viver em quietação e sossego, neste caso é preciso que V. Mcê., castigue como merecer a desordem que fizer; porém, se for delito maior, que não caiba a punição dele nos limites da correção particular e econômica, me remeterá logo ao Arraial de Mariuá, ou àquela parte donde eu me achar com auto e informação da culpa, para ser castigado conforme as leis de S. Maj. o ordenarem.²⁹

Para evitar o abuso que está tão arraigado nestas terras de que só os índios são os que devem trabalhar, e que a todo o branco é injurioso pegar em instrumento para cultivar as terras, não consentirá V. mercê que estes povoadores se sirvam de índio algum para o trabalho da cultura; no de qualquer outro mais que, somente daqueles que lhes estão destinados para pescadores e caçadores, enquanto os mesmos povoadores se não fazem práticos no modo de haverem estes mantimentos; porque S. Maj. é servido que eles se conservem no mesmo exercício de trabalho que tinham em suas terras. Enquanto lá estiverem os índios da pescaria e caça, fará V. mercê repartir tudo em igualdade, de maneira que ninguém se queixe de que as porções se fizeram com afeto, faltando à boa ordem da distribuição.³⁰

Contudo, a atividade madeireira carecia de recursos e investimentos da Coroa e demandava uma grande quantidade de trabalhadores para os processos de extração, embarque e beneficiamento. Além disso, por ter nos indígenas a principal fonte de mão de obra, a atividade estava susceptível às recorrentes fugas e também às epidemias (sobretudo as de varíola) que abatiam a população indígena local.³¹ Regina Batista acrescentou ainda outras causas que podiam prejudicar a economia madeireira:

O transporte das madeiras para exportação também sofria com as intempéries ambientais, no Grão-Pará a topografia da região, recortada por rios e igarapés exigia uma técnica específica para o manejo das madeiras, fator que dificultava a circulação de embarcações e o escoamento da produção (BATISTA, 2013, p. 42).

²⁹ MENDONÇA, 2005, TOMO III, p. 71

³⁰ MENDONÇA, 2005, TOMO I, p. 172

³¹ Outra documentação analisada, de 1750, foi uma carta do então governador e capitão-general do Maranhão e Grão-Pará Francisco Pedro de Mendonça Gorjão. Na carta o governador afirma que informando-se com o “mestre da Ribeyra Teodósio Gonçalves este me segurava não haver carga suficiente” (AHU_ACL_CU_013, Cx. 31, Doc. 2980) para suprir as demandas exigidas da coroa e pede mais recursos para a “contratação” de índios pois os que estavam trabalhando foram acometidos por uma epidemia de varíola.

Tendo agora conhecimento das fases presentes no processo de comércio da madeira, dos fatores que possibilitaram a exploração das florestas do Grão-Pará, no caso, o conhecimento e o trabalho forçado das populações indígenas, e dos objetivos finais da atividade madeireira, que abrangiam a construção de navios com madeiras melhores que as do “Norte”,³² a reconstrução planejada de Lisboa após o terremoto e a construção de casas nas vilas fundadas durante a administração de Furtado, cabe-nos entender como se dava o comércio, propriamente dito, dessas madeiras.

A comercialização das madeiras era feita através de uma parceria dos governadores com particulares – como a maior parte da exploração colonial da América portuguesa – por meio de contratos de arrematação das madeiras. Segundo Batista, no contrato constavam:

[...] as obrigações do arrematante de aprontar as madeiras necessárias para se carregarem duas naos de guerra, devendo estarem prontas até o final de julho de cada ano, sendo que havendo atraso neste prazo o arrematante faria o carregamento a sua custa. Além disso, o *Contrato* continha as medidas e qualidades das madeiras que deveriam ser feitas; pela Fazenda Real seriam liberados sessenta índios que seriam pagos pelo empreiteiro; o arrematante fica obrigado também a por as madeiras próximas do rio para facilitar o embarque (BATISTA, 2013, p. 29-30).

As madeiras, portanto, tiveram um papel importante dentro da sociedade e da economia do Grão-Pará e Maranhão, estando claro também, a partir da documentação e da historiografia analisadas, o interesse constante da Coroa e das autoridades coloniais no fomento dessa atividade extrativa. O alto valor que possuíam os recursos lenhosos para a administração portuguesa não se esgotou nas preocupações e projetos de Francisco Xavier de Mendonça Furtado e outros gestores também demonstraram estar atentos às florestas e a sua exploração “racional”, como defendia o reformismo ilustrado pombalino. Essa preocupação pode ser percebida no sucessor de Francisco Xavier no governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, quando este informou que mandou prender o “Capitam” das Fortificações Antonio Gonçalves no Forte das Mercês por não cumprir, com êxito, a tarefa de escolha e envio de madeiras ao arsenal de Belém que lhe foi incumbida pois, das madeiras enviadas “se refugarão sette paos, porque vezivelmente tinhão tanta corrupçam³³, que se farião

³² Mendonça Furtado se refere à madeira comprada por Portugal, dos estrangeiros como madeiras no Norte.

³³ O termo “corrupçam” aparece nas fontes com um uso diferente do contemporâneo. Esse termo indica podridão das madeiras, seja pelas intempéries, seja por cupins.

inuteis, e de nenhuma serventia” e “que bastará este castigo para evitar outro descuido desta natureza”.³⁴

Outra fonte que demonstra a importância das madeiras para Mendonça Furtado e seus contemporâneos é o parecer negativo ao pedido do capitão João Ferreira Ribeiro para a suspensão da fábrica de madeiras que havia em seu engenho. Para argumentar a favor da suspensão, o requerimento de João Ferreira enfatiza que as madeiras estavam paradas em suas terras por cerca de 15 anos e o suplicante possuía uma série de gastos com oficiais e armazenagem, que lhe causavam prejuízo. Mendonça Furtado, no entanto, argumentou que “este requerimento se deve recusar não só pella incivilidade e ignorancia com que se fez, mas porque me parece útil conservar-se a fabrica naquele lugar, e que dela não resulta prejuízo algum ao suplicante” e ainda que parte das madeiras, por muito tempo guardadas e pouco “acondicionadas”, apodrecessem “no mesmo citio há ainda muito boas madeiras e [...] fazendo hum corte delas bom lote que creyo(?) queira pos como ainda até agora se tenha visto poucos em Lisboa”.³⁵

Dessa maneira, os documentos coligidos do Arquivo Histórico Ultramarino demonstram a importância que a administração de Francisco Xavier de Mendonça Furtado deu ao negócio das madeiras, e estas permearam todas as atividades engendradas por ele na capitania, desde o aproveitamento de embarcações utilizadas na ocupação das vilas à solicitação de madeiras em cartas de instruções de estabelecimento de vilas.³⁶ Tal documentação reforça o argumento de Regina Batista (2013) de que, a partir da “era pombalina” e do Governo de Mendonça Furtado, o negócio madeireiro cresceu consideravelmente.

Entretanto, apesar do esforço despendido por Furtado no trato das madeiras, e pelo interesse de outras nações³⁷ nestas, o mesmo não se refletia em toda a administração colonial. Em cartas aos administradores da Companhia Geral de Comércio e ao seu irmão, Mendonça Furtado lamentava da falta de conhecimento que fazem queimar madeiras tão boas inutilmente e a indiferença que cerca os administradores quanto ao desperdício de tão preciosos paus.³⁸

³⁴ AHU_ACL_CU_013, Cx. 50, Doc. 4578 (1761, julho, 6, Pará)

³⁵ AHU ACL CU 013, Cx. 32, Doc. 3056. (1751, outubro, 12, Pará)

³⁶ Em outra documentação consultada (instrução passada ao tenente diogo antônio de castro para estabelecer a vila de borba, a nova, antiga aldeia do trocano) Francisco Xavier de Mendonça Furtado demanda que sejam entregues, assim que possível, as madeiras solicitadas por ele. Além disso, as madeiras também aparecem como peça fundamental na própria construção dos estabelecimentos administrativos e religiosos da vila. (MENDONÇA, 2005, TOMO III, p. 70-75)

³⁷ Em carta enviada ao capitão-mor João Batista de Oliveira, responsável pelo estabelecimento da Vila de S. José do Macapá, Furtado afirma que “consta várias vezes têm vindo holandeses com embarcação carregar madeiras àquele distrito” e estes devem ser recebidos com repulsa e mandados apartarem de lá (MENDONÇA, 2005, TOMO I, p. 173)

³⁸ MENDONÇA, 2005, TOMO III p. 247; MENDONÇA, 2005, TOMO II, p. 552.

Mesmo com certa indiferença por parte dos moradores, fosse por ignorância ou por outras prioridades comerciais como o açúcar, o estabelecimento da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, aliado aos esforços de Francisco Xavier de Mendonça Furtado causaram um crescimento da importância e do valor das madeiras amazônicas dentro da economia colonial. Além disso, a partir da leitura da professora Renata Araújo (2003; 2012) e das cartas de estabelecimento de vilas, é possível constatar uma importância interna das madeiras nos processos de ocupação e urbanização do território amazônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale ressaltar que mudanças decorrentes da administração pombalina, de acordo com Nuno Monteiro, subsistiram ao fim do secretariado de Sebastião de Carvalho e, com exceção da extinção da Companhia Geral de Comércio, não houve, “globalmente, (...) nenhuma alteração significativa” (MONTEIRO, 2014, p. 140). Dessa maneira, por mais que a administração de Mendonça Furtado tenha chegado ao fim em 1759, seus esforços para uma exploração mais intensa e racional das madeiras perduraram e fizeram crescer a mesma exploração ao longo do restante do século e o início do seguinte (BASTISTA, 2013).

As florestas, portanto, se mostram enquanto parte fundamental dos processos políticos, econômicos e sociais do Estado do Grão-Pará e Maranhão, com a exploração madeireira alterando qualitativamente as relações sociais e incentivando a ocupação da região a partir do século XVII. Por outro lado, apesar do “arvoredo de infindas espécies” descrito por Caminha, no decorrer do tempo colonial uma série de ordenações demonstraram uma preocupação corrente com o esgotamento e com a exploração comercial dos recursos florestais presentes na América portuguesa. Houve, portanto, uma legislação que buscou promover o manejo florestal e regular a exploração dos recursos lenhosos desde os primórdios da colonização. Isto denota a importância da atividade madeireira para a Coroa e para as autoridades coloniais. Tal preocupação se transformou ao longo do tempo e, no século XVIII, como apontado pela bibliografia e pelas fontes consultadas, resultou nos planos e ações do reformismo ilustrado de da administração de Mendonça Furtado, provocando mudanças nas relações sacionaturais vigentes na região.

Entretanto, vale destacar que a exploração madeireira ao longo do período colonial se revelou muito menos destrutiva do que o senso comum acredita (CABRAL, 2014; CASTRO, 2002). Esse fenômeno foi fruto não de um cuidado do colonizador com o elemento florestal, mas da limitação técnica das economias coloniais, que ainda permitiam movimentos de recuperação ecológica natural mais eficazes. As ferramentas utilizadas pelo colonizador eram menos agressivas ao banco de sementes no solo e à reserva de biodiversidade que possibilitava o reerguimento das florestas se ali não se estabelecessem roçados. Portanto, apesar das intenções desmedidas dos colonos, a devastação em larga escala do ecossistema amazônico foi resultado de processos de colonização e expansão da fronteira agrícola bem mais recentes (CASTRO, 2002; NEVES, 2006; COSTA, 2004).

FONTES

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era Pombalina, tomo I*. Brasília, Edições do Senado Federal, 2005.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era Pombalina, tomo II*. Brasília, Edições do Senado Federal, 2005.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era Pombalina, tomo III*. Brasília, Edições do Senado Federal, 2005.

[ant. 1724, Fevereiro, 11]

REQUERIMENTO da viúva e filhos de Luís Morais Betencourt, moradores na cidade de Belém do Pará, para o rei [D. João V], solicitando a confirmação da carta de data e sesmaria localizada nas proximidades do rio Moju, na paragem situada na margem direita do igarapé Pacurituba.

Anexo: carta de data e sesmaria.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 8, D. 667.

1737, Novembro, 2, Belém do Pará

CARTA do [governador e capitão-general do Estado do Maranhão e do Pará], João de Abreu de Castelo Branco, para o rei [D. João V], sobre as despesas da fábrica de madeiras para navios administrada pelo mestre da Ribeira, Teodósio Lopes.

Anexo: cartas e termo de vistoria.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 20, D. 1905.

1750, Agosto, 7, Pará

CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, para o rei D. João V, em resposta à provisão de 29 de Maio de 1750, sobre uma relação das despesas do corte de madeiras encomendadas para a Ribeira das Naus de Lisboa, solicitada ao provedor da Fazenda Real do Pará [Lourenço de Anvéres Pacheco].

Anexo: carta.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 31, D. 2980.

1751, Outubro, 12, Pará

CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o rei D. José, em resposta à provisão de 4 de Julho de 1751, sobre o pedido do capitão João Ferreira Ribeiro, solicitando a suspensão da fábrica de Madeiras existente no seu engenho.

Anexo: requerimento.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 32, D. 3056.

1761, Julho, 6, Pará

OFÍCIO do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco

Xavier de Mendonça Furtado, sobre a prisão do capitão das fortificações, António Gonçalves, pelo não cumprimento das tarefas de que estava incumbido.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 50, D. 4578.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Renata Malcher de. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 20, n. 1, p. 41-76, 2012.

ARAÚJO, Renata Malcher de; CARITA, H. A razão na selva: Pombal e a reforma urbana da Amazônia. *Revista Camões*, v. 15, n. 15, p. 151-165, 2003.

BATISTA, Regina Célia Corrêa. *Dinâmica populacional e atividade madeireira em uma vila da Amazônia: a vila de Moju (1730-1778)*. 2013. Dissertação de mestrado. Belém: PPHIST/UFPA.

BOURDIEU, Pierre. *Usos sociais da ciência*. Unesp, 2003.

CABRAL, Diogo de Carvalho. *Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

CASTRO, Carlos F. de Abreu. *Gestão Florestal no Brasil Colônia*. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2002

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Editora Açaí. Belém, 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Conquistas diferentes e de diferentes climas: o Maranhão, o Brasil e a América portuguesa (séculos XVII e XVIII). *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 26, n. 41, p. 84-103, 2019.

COSTA, Kellerson Semerene. A formação da Amazônia e seu lugar no Brasil. In.: TOLEDO, Marleine P. M. e F. de. *Cultura brasileira: o jeito de ser e de viver de um povo*. São Paulo: Nankin Editorial, 2004. P.202-251.

COSTA, Kellerson Semerene. Intervenções humanas na natureza amazônica (século XVII ao XIX). *Ciência & Ambiente*, 33, p. 81-96, 2006

- COSTA, Kelerson. Templos de Tânatos, templos de Eros: a exploração da tartaruga nas praias amazônicas. IN.: FRANCO, José Luiz et all. História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 8, p. 177-197, 1991
- FARAGE, Nádia. *As Muralhas do Sertão: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O olhar distanciado*. Edições 70, 1986.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal e Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. In.: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil colonial*. Volume 3 (ca. 1720-ca. 1821), 2015, p. 111-156, 2014.
- NEVES, Eduardo. *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica. IN.: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial*. Volume 1 (ca. 1443-ca.1580). 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015
- PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, 24 (68), p. 81-101, 2010.
- RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Editora FGV, 2015.
- RIVAL, Laura; MCKEY, Doyle. Domestication and diversity in manioc (*Manihot esculenta* Crantz ssp. *esculenta*, Euphorbiaceae). *Current anthropology*, v. 49, n. 6, p. 1119-1128, 2008.
- WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, p. 198-215, 1991

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Gabriel Sales de Deus, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “As reformas pombalinas e as madeiras na Amazônia colonial (1755-1777)” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Em 26 de maio de 2022